

# Um dilema na Educação

O novo secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, Murílio Hingel, deixou a cada uma das escolas públicas dos 853 municípios mineiros a escolha – facultada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – do sistema de organização do Ensino Fundamental. Ele poderá optar entre o método tradicional da organização por séries e o método da organização por ciclos, adotado em todo o Estado desde 1996. Em 1997, Minas Gerais foi considerado o Estado de melhor desempenho pelo Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb), do Ministério da Educação. Não se vê, assim, em que o sistema por ciclos poderia significar um recuo.

A LDB admite também sistemas mistos, combinando o sistema por séries com o sistema por ciclos. Os sistemas combinados foram adotados em 13 Estados, entre os quais a Bahia, o Paraná e o Rio Grande do Sul, mais o Distrito Federal; 12 continuam com a organização em séries; e, depois da decisão do secretário Murílio Hingel, São Paulo é o único Estado em que o sistema de ciclos é adotado em toda a rede pública.

A reação maior ao sistema de ciclos vem do fato da avaliação do aluno não ser feita por provas periódicas, cujas notas são totalizadas ao final de cada ano letivo. A falta de uma avaliação anual poderia equivaler a uma aprovação automática, ao longo de cada ciclo. Essa possibilidade pode transformar-se em realidade concreta em função do desinteresse dos professores e dirigentes escolares em se capacitar para a nova metodologia, ou do interesse político em mascarar as deficiências do sistema de ensino.

Mas o sistema de ciclos não exclui a avaliação, e muito menos a deixa para o final de cada um deles. Ela existe. Só que ela é feita no dia-a-dia; e dentro da filosofia firmada pela LDB: incorporar à educação formal a experiê-

ncia de vida trazida pelo aluno de seu universo familiar e social imediato. Sobre a base comum do estudo da língua portuguesa e da matemática e do conhecimento do mundo físico e social, busca superar a organização por disciplinas estanques através da integração e articulação dos conhecimentos e adotar um processo permanente de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

É claro que essa pedagogia é dificilmente compatível com a avaliação convencional através

## Apesar das críticas, não se deve rejeitar a priori o sistema de ciclos no ensino elementar

de provas, uma para cada disciplina (pouco importando, às vezes, que, nas provas de história ou geografia, se revele falta de domínio, até meramente passivo, do verná-

culo; ou que nas provas de ciências se peque por falta de hábito com operações aritméticas elementares). O sistema de ciclos tem ainda por objetivo a correção do mal maior registrado pelas avaliações do Ensino Fundamental em todo o Brasil: a defasagem entre a série cursada e a idade, que se alarga a cada repetência, tornando-a, ao cabo, absolutamente inútil. Mas essa defasagem se verifica também na diversidade do universo de alunos que se apresenta para a matrícula inicial no Ensino Fundamental. Dessa defasagem decorre a mais absoluta desigualdade de condições. E é o que se dá no sistema de organização por séries, em que se supõe um ritmo igual de aprendizagem, entre o favelado que mal conhece a água encanada e o filho de família em que o celular e o microcomputador são parte do cotidiano.

Se na Alemanha, que dispõe de um dos mais sofisticados sistemas educacionais do mundo, nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental não há notas e sim uma avaliação de desempenho, sob forma de relatório, por que forçar, no Brasil, o sistema por séries, que quase confunde o processo de aprendizagem com a evolução do calendário gregoriano?